

**SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA
DEPARTAMENTO DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL
CONSELHO MUNICIPAL DOS POVOS INDÍGENAS DE SÃO PAULO (COMPISP)**

ATA DE REUNIÃO Nº 03

Pautas:

1. Presidência/vice-presidência
2. Planejamento para o abril Indígena
3. Apoio à eventos culturais;

Participantes Governo: Grecia Griselda Delgado Kama (Titular/ SMDHC); Ligia Maria Aguiro da Silva Salomão (Suplente/ SMDHC); Vitória Santos Coelho Carvalho (Suplente/ SVMA); Maria Joseane Santana Sobral Santos (Coordenadora - COPIND/SMDHC); Josiane de Paula Luis dos Santos (Assessora - COPIND/SMDHC); Simone Roza Bernardo de Souza (Assessora - COPIND/SMDHC); Thais Araujo de Jesus (Assessora - ASCOM/SMDHC); Marco Tulio Alves Costa (Estagiário - DPS/SMDHC); Luiza Aparecida Araujo (Assessora - CPDDH/SMDHC); Matheus Fernando da Silva Rocha Leal (Estagiário - CPDDH/SMDHC); Marina Lopes Fernandes (Titular/SMADS), Michele Paciukevich Rodrigues (Suplente/ SMDET) Aloisio Areias(assessor SMDET), Gabriella Rocha (Suplente / SMC)

Participantes Sociedade Civil: Araju Apolinário Martim (Titular/ Etnia Guarani); Marcio Hoenã Candido (Titular/ Etnia Terena); Kilvane de Souza Santos (Titular/ Etnia Pankararu); Éllida Nascimento da Silva (Titular/ Etnia Pankararé) e Maria Elma (Titular/ Etnia Kariri-Xocó).

Convidados e Ouvintes:

Tania Nhandeva (Guarani), Juan Cusicanki (Aymara), Denilza (Kaimbé), Joel (Kariu Kariri), Fabio (Pankararu), Daniela (Pankararu), Juan Cusicanki.

A reunião ocorreu no dia 26 de março de 2026, iniciada às 14h10, no formato híbrido, pela conselheira Grecia Kama (Aymara), e com o apoio da coordenadora Maria Joseane, que deu as boas-vindas, manifestou satisfação com o quórum expressivo.

A conselheira Grecia (Aymara), informou que a Coordenação dos Povos Indígenas recebeu um convite para participar da 17ª Caravana Federativa, realizada em São Paulo, nos dias 19 e 20 de março, no Expo Center Norte (Vila Guilherme). O evento contou com a presença de ministros, representantes do Governo Federal, prefeitos e gestores municipais, com exposições em estandes e apresentações de políticas públicas. Ressaltou que, por questões de agenda, a Coordenação participou apenas na abertura.

Na sequência, a conselheira Éllida (Pankararé) solicitou a inclusão, na pauta da reunião, de questão relativa à elaboração das atas do Conselho. Destacou que a ata da reunião anterior continha registros de falas que não correspondiam ao que efetivamente foi discutido. Diante disso, requereu maior transparência por parte da coordenação e das Secretarias em relação aos conselheiros. Informou, ainda, que havia solicitado o acesso ao vídeo da gravação da reunião anterior, o qual não foi disponibilizado. Por fim, questionou se a reunião em curso estava sendo gravada e ressaltou a importância de que as falas sejam devidamente registradas na ata durante a própria realização da reunião.

A coordenadora Maria Joseane informou que a reunião ocorreu em formato híbrido e que a reunião estava sendo gravada, assim como as futuras reuniões do conselho, com a finalidade de subsidiar a elaboração da ata, garantindo maior clareza sobre os assuntos tratados levando em consideração que as reuniões do COMPISP são longas. Em seguida, questionou-se se havia algum posicionamento contrário as gravações. Não houve manifestação contrária por parte dos presentes.

A conselheira Éllida informou que os conselheiros estão de acordo com a gravação, entendendo-a como um instrumento de garantia tanto para a sociedade civil quanto para o poder público, no que se refere à transparência e à responsabilidade.

A conselheira Kilvane (Pankararu), respondeu que gostaria que constata-se o nome e a fala da participante. A conselheira Ligia (SMDHC), informou que realizará o ajuste conforme solicitado.

A conselheira Éllida questionou quem havia sido o responsável pela elaboração da ata, considerando que, nas versões anteriores, foram identificadas incoerências, ao passo que a versão mais recente apresentava conformidade com as falas registradas na reunião. Ressaltou que, embora se reconheça a dinâmica hierárquica no âmbito da Secretaria, a disponibilização das gravações das reuniões aos conselheiros sempre ocorreu mediante solicitação. Destacou, ainda, a necessidade de observância aos princípios da transparência,

conforme previsto na Lei de Acesso à Informação (Lei Federal nº 12.527/2011) e na Lei Municipal nº 14.141/2006 (Lei de Transparência do Município de São Paulo), que estabelece o dever da Administração Pública de assegurar a ampla divulgação das informações de interesse público.

A coordenadora Maria Joseane, com relação a disponibilidade do vídeo da gravação da reunião, informou que primeiramente é necessário realizar consultas internas na secretaria e ressaltou que a ata encaminhada aos conselheiros se tratava de uma minuta de ata ainda em processo de elaboração. Destacou que o Departamento de Participação Social, que atua em parceria com a Coordenação fez a sua contribuição na entrega da última versão do documento, ainda em processo de apreciação pelos conselheiros, destacou que a última versão também apresentou objeções e acrescentou que é importante que os conselheiros se reconheçam como parte da construção da ata, com possibilidade de contribuir em sua elaboração.

A coordenadora Maria Joseane, sugeriu que durante as reuniões do conselho seja aberto um documento para registro dos principais encaminhamentos, como forma de qualificar o processo de construção da ata, evitando a necessidade de transcrição integral de reuniões extensas, que podem ultrapassar três horas de duração. Reforçou que a ata será elaborada mediante a título de consulta e apreciação dos conselheiros.

No que se refere às gravações das reuniões, a coordenadora Maria Joseane informou que houve uma tentativa de utilização de ferramenta para a transcrição automática do conteúdo, porém sem êxito. Esclareceu, ainda, que nos próximos encaminhamentos por e-mail, contendo as datas, pautas e o link de acesso às reuniões, será incluída também a informação sobre a realização das gravações.

Na sequência, Denilza, do povo Kaimbé, informou que ela e o Joel do povo Kari-Kariú, foram selecionados para representar o estado de São Paulo em um evento internacional, por meio da Subsecretaria do Trabalho Artesanal nas Comunidades (SUTACO), em Brasília. Relatou que participaram de um edital e foram contemplados no processo seletivo. Ressaltou a importância da carteirinha de artesão, destacando que todos os parentes indígenas deveriam providenciá-la.

1. Indicação de presidência/vice-presidente

A conselheira Grecia(Aymara), informou que o conselho encontrava - se sem presidente e vice-presidente, em seguida abriu para a indicação de nomes de representantes do poder público para o cargo de presidente, e de representantes da sociedade civil para vice-presidente, para posterior seguir com a votação nominal.

A conselheira Araju (Guarani), manifestou-se ressaltando que, a pedido dos conselheiros, havia a proposta de que a presidência e a vice-presidência fossem ocupadas por representantes da sociedade civil. Em seguida, indicou seu nome, a conselheira Araju (Guarani), para o cargo de presidente, e o nome da conselheira Éllida (Pankararé), para o cargo de vice-presidente. Informou ainda que foi realizada uma reunião prévia entre os conselheiros para o levantamento dos nomes indicados.

A Coordenadora Maria Joseane, parabenizou o comprometimento com a pauta e destacou que, na atual gestão, a presidência do Conselho é de competência do poder público. Informou que os conselheiros da sociedade civil poderiam votar nos nomes dos representantes do poder público que se autoindicassem, e decidir entre os nomes indicados de sociedade civil quem seria o vice-presidente.

A conselheira Éllida (Pankararé), destacou que o conselho possuía uma manifestação referente à indicação da presidência desta nova gestão, informando que entrou em contato com o Dr. Steven para obter esclarecimentos sobre o decreto e o regimento e visto menciona que tem duplo sentido. Na sequência, realizou a leitura do documento, ressaltando que foi elaborado de forma coletiva pelos conselheiros, com respaldo jurídico do Dr. Steven.

A conselheira Éllida (Pankararé), leu o documento, "Prezadas e prezados, gostaria de iniciar destacando que o debate sobre a presidência do conselho municipal de povos indígenas não é apenas uma questão administrativa, mas sim uma questão de respeito à legislação e aos direitos dos povos indígenas. A lei de número 15.248, de 2010, é muito clara ao estabelecer que o conselho deve ser paritário e que deve garantir a autonomia das comunidades, inclusive na indicação de seus representantes. Isso demonstra que o espírito da lei é assegurar o protagonismo real aos povos indígenas dentro desse espaço. Quando avançamos para o decreto 52486, de 2011, vemos que ele mantém essa lógica ao prever a paridade e a eleição da presidência por voto dos próprios conselheiros, trazendo ainda a ideia de alternância entre poder público e população indígena. No entanto, é fundamental lembrar, o decreto não pode se sobrepor à lei e nem distorcer seus princípios. A previsão de alternância não pode ser interpretada como autorização para que o poder público controle ou determine a presidência. A eleição é feita pelos pares e isso precisa ser respeitado como um processo democrático e autônomo. Além disso, a designação feita pela secretária é um ato meramente formal. Não é uma escolha, não é uma indicação política, é apenas a formalização de uma decisão que já foi tomada pelo conselho. E trago um elemento ainda mais forte, a convenção 169ª da OIT essa convenção, que garante os povos indígenas o direito à autodeterminação, a participação livre, ao protagonismo das decisões que lhe dizem respeito. Ou seja, estamos falando apenas de uma interpretação local. Estamos falando de um compromisso Internacional assumido pelo Brasil. Diante disso, precisamos ser muito objetivos e não é coerente com a lei, com o decreto, quando bem interpretado. Nem com a convenção 169 que



o poder público exerça controle sobre a presidência de um conselho que existe justamente para representar a população indígena. A presidência precisa refletir legitimidade. E legitimidade se constrói com autonomia, não com interferência. Por isso, defender a presidência, defender que a presidência seja ocupada por sociedade civil indígena ou no mínimo. E sua escolha seja totalmente livre de qualquer influência do governo, é defender a legalidade, o respeito institucional e, principalmente o direito dos povos indígenas. É isso. Foi uma construção em conjunto com todos os conselheiros e também com o respaldo tipo do Dr. Steven”.

A conselheira Éllida (Pankararé), destacou ainda que, ao consultá-lo, foi informado que o decreto possui “caráter interpretativo”, o que justificaria o fato que o conselho seja sido presidido, por um longo período, por representante da sociedade civil.

A conselheira Éllida (Pankararé), ressaltou que a manifestação não tinha o intuito de deslegitimar o poder público, porém, no entendimento dos conselheiros, um representante do poder público não representaria de forma legítima à sociedade civil. Destacou ainda que o poder público não possui a mesma força que a sociedade civil e na atuação da defesa das pautas indígenas, poderia ocorrer de forma distinta, considerando aspectos como o contexto político e a hierarquia institucional.

A conselheira Éllida (Pankararé), seguiu sua fala ressaltando que aqueles que estão inseridas na Coordenação e na secretaria não defenderiam as pautas da mesma forma que a sociedade civil. Ressaltou que o servidor público está inserido em um contexto, no qual há hierarquia de poder, e ainda que haja defesa das pautas, esta ocorreria dentro de determinadas limitações. Pontuou que esse entendimento leva à compreensão de que, quando o governo assume a presidência do Conselho, há uma redução da autonomia dos conselheiros.

A conselheira Éllida (Pankararé), mencionou que, independentemente de quem ocupar a vice-presidência, caso haja necessidade de envio de e-mails ou ofícios, será preciso acionar o presidente, o que reforçaria a percepção de limitação. Afirmou que no entendimento dos conselheiros, o poder público não seria o mais adequado para exercer a presidência.

A conselheira Éllida (Pankararé), sugeriu que a questão fosse dialogada com a Coordenação e destacou a importância da realização de uma votação e ressaltou a presença de conselheiros do poder público e da sociedade civil presentes, na reunião e sugeriu a realização de um processo democrático para todos os conselheiros votarem e solicitou que constasse em ata o pedido de envio ao Dr. Steven das datas das reuniões do conselho.

A conselheira Éllida (Pankararé), questionou a Coordenação quanto à solicitação de realização de reunião extraordinária, destacando que, conforme seu entendimento, tal solicitação deveria partir do presidente ou de um terço dos conselheiros, mediante ofício, se

manifestou e questionou ainda quais seriam as garantias de que um representante do poder público asseguraria a efetivação dos direitos e das políticas, tendo em vista os desafios e entraves existentes no âmbito das estruturas governamentais.

A conselheira Éllida (Pankararé), solicitou que a coordenadora não se sentisse ofendida, considerando que havia assumido a função recentemente e ainda estava em processo de apropriação das demandas. No entanto, pontuou que há pessoas na Coordenação há mais tempo e mencionou que pelo seu entendimento não possuem domínio do decreto.

A Coordenadora Maria Joseane, orientou que, considerando todos os pontos apresentados pelo Conselho e manifestação posta, este precisaria ser formalizada, tendo em vista que se trata de uma decisão que envolve aspectos jurídicos. Destacou-se que a Coordenação acatará o encaminhamento do conselho e realizar o encaminhamento a assessoria Jurídica.

A Coordenadora Maria Joseane, na sequência, solicitou a participação do Departamento de Participação Social para aprofundamento da análise sobre a indicação para os cargos de presidente e vice-presidente do Conselho. Ressaltou ainda que, durante o período em que esteve ausente, ocorreram algumas situações, e que a Coordenação tem atuado no sentido de garantir transparência em suas ações.

A Coordenadora Maria Joseane, solicitou maior respeito nas falas, destacando que a população indígena merece respeito em todos os espaços, seja dentro ou fora do governo. Pontuou que considerou desrespeitosas algumas colocações feitas pela conselheira Éllida (Pankararé), especialmente em relação às pessoas indígenas que atuam na Secretaria, no âmbito da Coordenação de Povos Indígenas. Ressaltou a importância do cuidado com as palavras, considerando o contexto histórico de exclusão de populações indígenas e negras dos espaços institucionais. Quando estes assumem estes espaços precisam trabalhar conjuntamente de forma respeitosa em prol da população e não de forma seletiva. Ressaltou que assumiu recentemente a Coordenação e que está se apropriando das demandas, buscando atender a todos de forma igualitária. Mencionou que, no que depender da secretaria e da Coordenação, a população indígena não ficará sem retorno, reforçando que o processo de construção deve ser coletivo.

Na sequência, informou que, atendendo ao pedido dos conselheiros a Coordenação acataria a solicitação e convidou o Departamento de Participação Social para se manifestar.

A conselheira Ligia (SMDHC), ressaltou a necessidade de observância da legislação vigente, destacando o que está disposto na Lei nº 15.048, especificamente em seu artigo 4º, item 6º, que prevê a escolha do presidente e do vice-presidente por meio de voto nominal. Acrescentou que o Decreto nº 52.146 estabelece que o presidente e o vice-presidente do Conselho Municipal dos Povos Indígenas serão eleitos por votação nominal entre seus pares

e posteriormente designados pelo Secretário Municipal do Departamento de Participação e Parceria, observada a alternância entre representantes da população indígena e do poder público municipal.

A conselheira Ligia (SMDHC), destacou que não lhe cabia decidir sobre a questão, limitando-se a apresentar o que está previsto na legislação e no decreto, ressaltando que o decreto não se sobrepõe à lei, mas a regulamenta.

A conselheira Ligia (SMDHC) seguiu o encaminhamento para votação da vice-presidência e questionou se havia outras indicações para o cargo do poder público de presidente. A Coordenadora Maria Joseane informou que a Secretaria indicou o nome da servidora e conselheira Grécia (Aymara), e representante da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania.

A conselheira Marina (SMADS), representante da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, manifestou-se informando não ter interesse em se candidatar, enquanto as demais secretarias não se manifestaram.

A conselheira Ligia (SMDHC), registrou que, como representante do poder público, havia a indicação do nome da conselheira Grécia (Aymara), e pela sociedade civil, a conselheira Araju (Guarani), na sequência, questionou se haveria outras indicações para o cargo de vice-presidente.

A conselheira Éllida (Pankararé), manifestou-se informando que a sociedade civil não se candidataria à vice-presidência em composição com a representante do poder público, a conselheira Grecia (Aymara). Informou que o posicionamento do conselho é a presidência quanto a vice-presidência sejam ocupadas por representantes da sociedade civil. Destacou que já havia trabalhado na Coordenação dos Povos Indígenas e compreende como funciona internamente. Mencionou que se encontrava em um novo começo, onde continuava atuando com a causa indígena e não dentro da Secretaria de Direitos Humanos, mas diretamente com a população indígena. No qual se colocava como sociedade civil, compreendendo a sua atuação atual de aprendizado.

A conselheira Kilvane (Pankararu), manifestou-se destacando que foi uma das primeiras pessoas a defender que a presidência fosse ocupada pela sociedade civil, e não pelo governo. Ressaltou que se representantes de governo ficar com a presidência, este irá se preocupar com seu emprego.

A conselheira Grecia (Aymara) mencionou que, ao analisar a percepção da conselheira Ellida sobre o desempenho da equipe da COPIND, observou que, com a nova gestão, a equipe estava sendo acompanhada e avaliada com base em suas responsabilidades e metas

cumpridas, informou que ficou muito triste com as falas da conselheira Ellida (Pankararu), que já havia sido assessora na Coordenação dos Povos Indígenas e conhecia bem que a pauta indígena era conduzida por uma coordenação ainda recente, em comparação com as demais coordenações das SMDHC. Ressaltou que o trabalho da equipe é bem árduo e sempre voltado para a criação de novas oportunidades, em benefício das comunidades indígenas.

A conselheira Ligia (SMDHC), informou que o Departamento de Participação Social (DPS), entende pela necessidade da realização de uma votação nesta reunião ocorrida, com posterior análise jurídica sobre a questão. Na sequência, consultou os presentes sobre a possibilidade de dar prosseguimento à votação com os dois nomes indicados para o cargo de presidência, esclarecendo que o candidato mais votado ocuparia a função de forma temporária, até a emissão de parecer jurídico. Na sequência, foi projetado um documento para acompanhamento da votação.

A conselheira Ellida (SMDHC), destacou que o Conselho já havia dialogado previamente sobre o tema e que haviam alinhamentos entre os conselheiros. Ressaltou que o cargo de presidência não deve ficar vulnerável a decisões que envolvam interesses governamentais que não estejam alinhados aos interesses da população indígena. Por fim, pontuou que há um sentimento de desconforto e percepção de risco, por parte dos conselheiros, quanto à possibilidade de a presidência ser ocupada por um representante do poder público. Dando continuidade ao processo de votação, os conselheiros titulares foram chamados nominalmente para registrar seus votos.

A conselheira Ligia (SMDHC), após a conferência dos votos foi apurado o seguinte resultado: a conselheira Araju (Guarani), obteve 9 votos, a conselheira Grécia (Aymara), 1 voto e havendo 1 abstenção. Diante do resultado, a conselheira Araju (Guarani), passou a exercer a função de presidente do Conselho, em caráter interino.

A conselheira Ligia (SMDHC) informou que, mesmo após a deliberação da sociedade civil no sentido de que a presidência do Conselho fosse ocupada por um de seus representantes, bem como diante da não aceitação do único nome indicado pelo poder público, insistiu na realização de uma votação, considerando a existência de dois candidatos ao cargo: um representante da sociedade civil e outro do poder público. Com posterior análise jurídica sobre a questão. Na sequência, consultou os presentes sobre a possibilidade de dar prosseguimento à votação com os dois nomes indicados para o cargo de presidência, esclarecendo que o candidato mais votado ocuparia a função de forma interina, até a emissão de parecer jurídico. Na sequência, foi projetado um documento para acompanhamento da votação.

A conselheira Éllida (Pankararé), questionou como ficaria a situação caso o setor jurídico decidisse que a presidência deveria ser ocupada por representante do poder público,

considerando que, na votação realizada, o representante do governo obteve apenas um voto e não alcançou a maioria necessária.

A conselheira Ligia (SMDHC), esclareceu que a votação poderia ser impugnada com base em algum dispositivo legal. Caso não houvesse impedimento, os resultados da votação seriam mantidos; caso contrário, voltaria para o poder público.

Em seguida, a conselheira Ligia (SMDHC), questionou se o Conselho confirmaria o nome da conselheira Éllida (Pankararé), para a vice-presidência. A conselheira Éllida (Pankararé), confirmou sua disposição e solicitou que os demais conselheiros se manifestassem.

A conselheira Ligia (SMDHC) perguntou se havia alguma objeção ao nome da conselheira Éllida (Pankararé), como vice-presidente, e nenhum conselheiro se manifestou contrário, ratificando assim sua indicação.

A conselheira Araju (Guarani), assumindo o seu cargo como presidente interina, agradeceu primeiramente, e informou que traz aqui não apenas uma fala pessoal, mas também o ensinamento ancestral do povo indígena, que orienta à nossa atuação coletiva.

A conselheira Araju (Guarani), reconhecendo a atuação da conselheira Grecia (Aymara), valorizando o trabalho desenvolvido, especialmente pela forma transparente, respeitosa e comprometida com que se deu a chegada ao nosso território indígena, conduzindo o processo de consulta e diálogo sobre a futura votação dos candidatos ao conselho. Uma postura atenta e responsável demonstra um compromisso importante com a participação e o respeito às comunidades indígenas. Na sequência, parabenizo a conselheira Grecia (Aymara), portanto, pela atuação tanto em nosso território indígena, quanto nos demais espaços, sempre exercida com dedicação e responsabilidade.

A conselheira Araju (Guarani) colocou-se à disposição para realizar o seu melhor na representação da presidência, compreendendo a importância de compor este espaço em nome de diversos territórios e também dos indígenas em contexto urbano que apoiam essa participação no conselho. Compreendendo que o atual formato de alternância entre sociedade civil e governo, decorre de experiências anteriores que não corresponderam plenamente ao seu papel. No entanto, considerou que não devemos tomar decisões generalizadas com base apenas no que não deu certo, pois há, sim, indígenas capacitados e comprometidos que podem exercer essa função com responsabilidade.

A conselheira Araju (Guarani) mencionou que é fundamental que o espaço seja utilizado para promover políticas públicas que atendam a todos os povos indígenas, independentemente de seus contextos ou alinhamentos, com sensibilidade, cuidado e compromisso coletivo. E mencionou que caso haja necessidade de mudanças estruturais, e se for entendido que a

presidência deva ser assumida por outra pessoa, estarei de acordo, desde que essa decisão seja construída coletivamente e vise o fortalecimento da atuação do conselho. Reafirmo meu apoio a tudo aquilo que contribuir para o bem comum e para uma atuação mais efetiva. Solicitou para dar continuidade, para a próxima pauta.

2. Planejamento para o abril Indígena e apoio a eventos culturais;

A conselheira Grécia (Aymara), deu início ao briefing com a verificação da participação do público virtual, questionando se todos conseguiam acompanhar a apresentação.

A coordenadora Maria Joseane passou-se à exposição da proposta do evento, informou-se que a data prevista é abril de 2026, destacando-se a importância de avaliar a possibilidade de uma alternativa mais adequada. Ressaltou-se que as versões anteriores do encontro ocorreram na Vila Itororó; entretanto, devido às limitações de agenda, foi obtida a concessão do Centro Cultural São Paulo, localizado na Vergueiro. Mencionou que o espaço dispõe de ampla estrutura e, no dia 19 de abril, contará com uma programação que atrai grande circulação de público, favorecendo a visibilidade do evento. O horário previsto para a realização será das 10h às 18h, considerando-se a montagem dos equipamentos e da estrutura no dia anterior, a fim de evitar atrasos no início da feira, da exposição e das atividades comerciais.

A conselheira Éllida (Pankararé) solicitou esclarecimentos acerca da minuta do documento referente ao abril Indígena, e manifestando o interesse do colegiado em ouvir a devida devolutiva.

A coordenadora Maria Joseane esclareceu, que a minuta foi encaminhada ao gabinete, considerando as contribuições apresentadas pelo COMPISP, e que, a partir disso, foi elaborado um novo documento para apreciação do Conselho e posterior encaminhamento ao gabinete, com o posicionamento do colegiado.

A coordenadora Maria Joseane ressaltou-se que a minuta foi comentada na reunião anterior, embora não tenha sido lida integralmente, tendo sido posteriormente encaminhada por e-mail aos conselheiros para manifestação de concordância. Informou-se que as contribuições recebidas subsidiaram a elaboração do documento apresentado, respeitando as proposições do COMPISP e as possibilidades indicadas pela Secretaria.

A coordenadora Maria Joseane, destacou-se, ainda, a importância de tornar as reuniões mais objetivas e sucintas, evitando a repetição de pautas, ocasião em que o COMPISP sugeriu que a secretaria apresentasse uma devolutiva formal.

A assessora Josiane, transmitiu o Briefing com o título do projeto, “Resistências Indígenas: Vivências, Culturas e Luta no Território Paulistano”, cuja validação foi considerada essencial pelos participantes. Ressaltou-se que o posicionamento final do Conselho será devolvido ao gabinete após apreciação.

Na sequência, a coordenadora Maria Joseane apresentou o escopo do evento, destacando que tem como finalidade valorizar os saberes tradicionais indígenas, fortalecer a diversidade cultural e promover o respeito à ancestralidade. Informou que a iniciativa contempla rodas de conversa, apresentações culturais e feira de artesanato, promovendo o intercâmbio cultural, a geração de renda e o fortalecimento comunitário, sobretudo em contextos urbanos.

A coordenadora Maria Joseane ressaltou que o objetivo geral do evento é promover a valorização e o compartilhamento dos saberes tradicionais indígenas por meio de diálogos culturais, apresentações artísticas e da economia solidária, fortalecendo a identidade cultural, incentivando o protagonismo indígena e criando espaços de visibilidade e resistência dos povos originários, especialmente em contextos urbanos.

A coordenadora Maria Joseane, mencionou que quanto aos objetivos específicos, destacaram-se o fortalecimento da identidade cultural indígena, o compartilhamento de saberes tradicionais com a comunidade, o incentivo ao protagonismo indígena, a promoção da geração de renda por meio do artesanato e a sensibilização da sociedade sobre a importância da cultura indígena.

A coordenadora Maria Joseane, compreendeu que as comunidades indígenas e não indígenas, o público em geral, acadêmicos e estudantes das áreas de Antropologia, Sociologia, Educação, Artes e Direito, profissionais e ativistas de organizações da sociedade civil, representantes de instituições culturais e ambientais, bem como pessoas interessadas nas manifestações culturais e tradicionais indígenas. O local definido para o evento seria no Centro Cultural São Paulo, com previsão de realização no dia 19 de abril de 2026.

A coordenadora Maria Joseane, mencionou que a programação foi apresentada em caráter preliminar, sujeita a ajustes e indicações do COMPISP, especialmente quanto aos nomes dos participantes, artesãos e representantes das rodas de conversa. Entre as atividades propostas destacam-se a abertura institucional, o ritual do Toré, rodas de conversa sobre desafios urbanos, saberes tradicionais e protagonismo juvenil, apresentações culturais indígenas, oficina de grafite indígena, feira de artesanato, apresentação musical com artista indígena e o encerramento com a celebração do Toré. Foi informado que a Secretaria fornecerá kit lanche e que está sendo articulada parceria com a Secretaria Executiva de Segurança Alimentar e Nutricional e de Abastecimento (SESANA) para o fornecimento de alimentação em formato de marmitas, conforme experiência positiva em eventos anteriores. Quanto à

estrutura, prevê-se a participação de até 20 expositores, com disponibilização de mesas e pranchões, ainda em processo de contratação. A prioridade será para os expositores indicados pelo COMPISP, sendo garantido que os valores arrecadados com as vendas serão integralmente destinados aos artesãos. No que se refere às contratações, foi informado que o gabinete autorizou a remuneração de 18 agentes culturais, no valor de R\$ 600,00 cada, a ser paga através da Secretaria de Cultura.

A coordenadora Maria Joseane mencionou, que o conselho levantou questionamentos sobre a forma de pagamento e a possibilidade de contratação por meio de produtora, considerando os descontos aplicáveis quando realizados por pessoa física. Diante disso, a secretária comprometeu-se a verificar as alternativas junto ao gabinete e apresentar devolutiva.

A conselheira Ellida(Pankararé), solicitou a verificação da possibilidade de emissão de certificados para os indígenas contratados que realizam rodas de conversa no evento do dia 19 de Abril. Maria Joseane informou que irá verificar internamente e, posteriormente, dará um retorno.

Em decorrência das quedas de energia ocorridas durante a reunião do COMPISP, houve falhas na gravação do encontro. Assim, a ata foi encerrada às 15:41

Anexo 1

BRIEFING – Encontro de Saberes e Resistências Indígenas 2026

Data: **19 de abril de 2026**

Local: Centro Cultural São Paulo

Horário: 10h00 às 18h00

1. Título do Projeto

Encontro de Saberes e Resistências Indígenas – Vivências, Cultura e Luta em Território Paulistano

2. Justificativa

O evento visa valorizar os saberes tradicionais indígenas, fortalecendo a identidade cultural, promovendo o respeito à diversidade e preservando conhecimentos ancestrais. A iniciativa integra rodas de conversa, apresentações culturais e feira de artesanato, permitindo intercâmbio cultural, geração de renda e fortalecimento comunitário, sobretudo em contextos urbanos.

3. Objetivo Geral

Promover a valorização e o compartilhamento dos saberes tradicionais indígenas por meio de diálogos culturais, apresentações artísticas e economia solidária, fortalecendo a identidade cultural, incentivando o protagonismo indígena e criando espaços de visibilidade e resistência dos povos originários, especialmente em contextos urbanos.

4. Objetivos Específicos

- Fortalecer a identidade cultural indígena.
- Compartilhar saberes tradicionais com a comunidade.
- Incentivar o protagonismo indígena.
- Promover geração de renda por meio do artesanato.
- Sensibilizar a sociedade sobre a importância da cultura indígena.

5. Público-Alvo

- Comunidade indígena e não indígena.
- Público geral interessado em cultura e direitos indígenas.
- Acadêmicos e estudantes: de áreas como antropologia, sociologia, educação, artes e direito.
- Profissionais e ativistas: de organizações da sociedade civil que atuam com a igualdade racial, movimentos sociais, instituições culturais e ambientais.
- Público geral: pessoas interessadas em vivências culturais, artesanato, rituais tradicionais e diálogo intercultural.

6. Data e Local

Data	Evento	Local	Horário
19/04/2026	Encontro de Saberes e Resistências Indígenas- “Vivências, Culturas e Luta em Território Paulistano”.	Centro Cultural São Paulo	10h00 – 18h00

7. Programação – Encontro 19/04

Horário	Atividade	Participantes / Observações
10h00 – 10h20	Abertura – Autoridades SMDHC e convidados	-
10h25 – 10h35	Toré – Ritual de Conexão e Saudação	-
10h40 – 11h30	1ª Roda de Conversa: “Tradição em Movimento: Povos Indígenas e Desafios Urbanos”	-
11h35 – 11h55	Ritual Xavante – Força e Identidade dos Povos do Cerrado	-
12h00 – 13h00	Almoço	-
13h10 – 14h00	2ª Roda de Conversa: “Conexão com a Terra: Saberes e Práticas dos Povos Indígenas”	-
14h10 - 15h10	Oficina de grafismo indígena	-
15h15 – 16h05	3ª Roda de Conversa: “Território e Protagonismo Juvenil: Vozes Indígenas para o Amanhã”	-
16h10– 16h30	Ritual Aymara – Dança, Teatro e Música Andina	-
16h40 – 17h00	Apresentação Guarani – Dança Cerimonial de Proteção	-
17h05 – 17h35	Show de RAP Indígena	-
17h40 – 18h00	Encerramento – Celebração com Toré	-
		-

8. Contratações / Participação das Etnias

Para o evento, está prevista a participação de **12 etnias**, conforme solicitação do **COMPISP**. Cada etnia terá representantes para rodas de conversa, apresentações culturais, rituais tradicionais e feira de artesanato.

Etnias participantes:

1. Guarani
2. Terena
3. Pankararé



4. Pankararu
5. Kariri – Xocó
6. Kariri – Kariu
7. Kaimbé
8. Xavante
9. Fulni-ô
10. Wassu-Cocal
11. Pataxó
12. Aymara
- 13.
- 14.
- 15.
- 16.
- 17.
- 18.

8. Feira de Artesanato

Local: Centro Cultural São Paulo- Espaço Folyer

Horário: **10h00 às 18h00**

Participantes / Expositores: etnias: (Guarani, Terena, Pankararé, Pankararu, Kariri - Xocó, Kariri - Kariu, Kaimbé, Xavante, Fulni-o, Wassu Cocal, Pataxó, Aymara). Total 12 etnias

- Serão disponibilizados mesas e pranchões para exposição e venda de artesanatos. (a confirmar)
- Prioridade para expositores indicados pelo COMPISP.
- Valores arrecadados pelos artesãos são de total direito dos mesmos.

9. Recursos e Orçamento

- Valor do evento principal: R\$10.800,00
- Infraestrutura para apresentações culturais e comercialização de artesanato.
- Coordenação para montagem e logística das exposições.

10. Observações

- Confirmar participação de artesãos e representantes das etnias para feira e apresentações.
- Garantir protocolos culturais e rituais respeitando tradições.
- Registro fotográfico e audiovisual para divulgação institucional e memória cultural.

MINUTA - CRONOGRAMA ABRIL INDÍGENA -2026

Data: 19 de ABRIL

Local: Centro Cultural São Paulo

Horário: 10h00 até 18h00

10h00 - 10h20

Abertura - autoridades SMDH e convidados

10h25 - 10h35

Abertura Ritualística

Toré – Ritual de Conexão e Saudação

Participantes::

10h40 - 11h30

Roda de conversa

Mediador indígena:

"Tradição em Movimento: Povos Indígenas e Desafios Urbanos" -

Participantes:

Um diálogo sobre os desafios e estratégias de resistência dos povos indígenas que vivem em contextos urbanos, com foco na cidade de São Paulo.

11h35 - 11h55



**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**

Apresentação Xavante – Força e Identidade dos Povos do Cerrado

Participante:

Dança ritual com trajes tradicionais que expressa a identidade e resistência do povo Xavante.

12h00 - 13h00 - ALMOÇO

13h10 – 14h00

Roda de conversa

Mediador indígena:

“Conexão com a Terra: Saberes e Práticas dos Povos Indígenas” **Participantes:**

A roda de conversa aborda a relação ancestral dos povos indígenas com a terra, destacando saberes tradicionais, práticas de preservação ambiental e formas de cuidado com o território. O diálogo busca mostrar como esses conhecimentos contribuem para a sustentabilidade, fortalecem a identidade cultural e inspiram novas formas de viver em harmonia com a natureza.

14h10 – 15h10

Oficina de grafismo indígena- **Participante responsável:**

A oficina propõe o aprendizado e a prática do grafismo indígena, explorando padrões, símbolos e técnicas tradicionais de diferentes povos originários. Os participantes terão a oportunidade de compreender o significado cultural dos grafismos, suas conexões com a identidade, a história e a espiritualidade, e aplicar esses saberes em atividades criativas, valorizando a expressão artística indígena.

15h15 – 16h05

Roda de conversa Mediador indígena:

“Território e Protagonismo Juvenil: Vozes Indígenas para o Amanhã” **Participantes:**

A roda de conversa aborda o papel da juventude indígena na preservação de territórios, na transmissão de saberes e no fortalecimento das comunidades. O diálogo enfoca o protagonismo jovem na construção de futuros sustentáveis, na defesa dos direitos indígenas e na promoção da cultura e identidade dos povos originários em contextos urbanos e rurais.

16h10 - 16h30

Ritual Aymara – Dança, Teatro e Música Andina

Participante responsável:

Expressões artísticas ancestrais com instrumentos tradicionais, integrando corpo, voz e espiritualidade.

16h40 - 17h00

Apresentação Guarani – Dança Cerimonial de Proteção Participante responsável:

Apresentação da dança tradicional de defesa do território e da coletividade, com cantos e movimentos simbólicos.

17h05 – 17h35

Show de RAP Indígena - Participante responsável:

17h40 - 18h00

Encerramento – Celebração com o Toré Participantes:

encerramento com canto, dança e espiritualidade compartilhada entre os povos presentes.

Encaminhamentos

N.	Descrição dos encaminhamentos	Responsável
01	Será encaminhado à Coordenação o documento referente à manifestação apresentada na reunião, no qual se manifestará que o presidente do conselho deverá ser representado pela sociedade civil e não por representante do poder público.	COMPISP
02	Será encaminhado a manifestação para análise da assessoria jurídica.	COPIND
03	Será encaminhado o BRIFFING do evento do dia 19 de abril, referente ao abril Indígena de 2026.	COPIND
04	Será encaminhado o levantamento das informações referente as modalidades de contratações e dará o retorno para o COMPISP.	COPIND



05	Será verificado a possibilidade de entrega de certificados para os indígenas que são contratados e realizam rodas de conversa no evento do abril Indígena.	COPIND
-----------	--	--------

Grecia Griselda Delgado Kama
Conselheira Titular (SMDHC)

Araju Apolinário Martim
Conselheira Titular (Etnia Guarani)

Marina Lopes Fernandes
Conselheira Titular (SMADS)

Márcio Hoenã Candido
Conselheira Titular (Etnia Terena)

Vitória Santos Coelho Carvalho
Conselheira Titular (SVMA)

Kilvane de Souza Santos
Conselheira Titular (Etnia Pankararu)

Michele Paciukevich Rodrigues
Conselheira Suplente (SMDDET)

Éllida Nascimento da Silva
Conselheira Titular (Etnia Pankararé)

Gabriella Rocha Galante
Conselheira Suplente (SMC)

Maria Elma Barbosa da Silva
Conselheira Titular (Etnia Kariri- Xocó)